

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.044 - SC (2019/0337356-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA**  
**ADVOGADOS** : **MATHEUS PINTO DE ALMEIDA - RJ172498**  
: **RODRIGO CAMPOS LOUZEIRO - SC037282**  
: **THIAGO RAVELL SANTOS - RJ183844**  
**RECORRIDO** : **FERNANDO OLIVEIRA GOMES**  
**ADVOGADO** : **EMERSON BAGGIO - SC019262**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (e-STJ, fl. 131):

*"CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DA SEGURADORA RÉ. SUSCITADO O JULGAMENTO EXTRA PETITA. INSUBSISTÊNCIA. SENTENÇA QUE SE ATEVE AOS LIMITES DA DEMANDA. MÉRITO. AVENTADA A IMPOSSIBILIDADE DE ATUALIZAÇÃO EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE ATRASO DO PAGAMENTO NA ESFERA ADMINISTRATIVA. QUESTÃO NÃO SUSCITADA NO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 1.014 DO CPC. INOVAÇÃO RECURSAL. APELO NÃO CONHECIDO NO PONTO. PRETENDIDA A REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. DESCABIMENTO. PARTE AUTORA QUE DECAIU DE PARTE ÍNFIMA DOS PEDIDOS. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, DESPROVIDO."*

Nas razões do recurso especial, a recorrente aponta violação dos arts. 1.022 do CPC/2015 e 5º, §§ 1º e 7º da Lei 6.194/1974, além de dissídio jurisprudencial.

Sustenta que o Tribunal de origem não se manifestou sobre a alegada impossibilidade de incidência da correção monetária quando o pagamento da indenização securitária for realizado dentro do prazo legal.

Afirma, ainda, que *"a correção de valores deverá ocorrer somente nos*

*casos de descumprimento do prazo legal"* (e-STJ, fl. 170).

É o relatório. Passo a decidir.

Extrai-se dos autos que o Magistrado de primeiro grau julgou parcialmente procedente a ação de complementação de seguro obrigatório ajuizada pelo ora recorrido para condenar a recorrente ao pagamento de atualização do valor pago a título de indenização securitária, pelo INPC, desde a data do evento danoso até a data do pagamento administrativo. Afirmou, para tanto, que, *"embora pertinente a atualização monetária do montante indenizatório, o termo inicial não corresponde ao pleiteado pela autora, ou seja, desde a alteração da Lei 6.194 por força da medida provisória 340/2006, mas sim a partir do evento danoso"* (e-STJ, fl. 88).

O Tribunal de origem manteve a sentença de primeiro grau, com a seguinte fundamentação (e-STJ, fls. 135/137):

*"Alega a seguradora ré a ocorrência de violação ao disposto nos artigos 141 e 492 do Código de Processo Civil, uma vez que o magistrado teria concedido à parte autora, na sentença, pleito por ela não expressamente formulado na inicial, qual seja, a correção monetária do valor recebido administrativamente desde a data do evento danoso.*

*Sem razão.*

*Da inicial, é perfeitamente possível verificar que a parte autora formulou o pedido de complementação da quantia recebida administrativamente em razão da ausência de atualização do valor desde a edição da MP n. 340/2006 até a data de liquidação do sinistro. Assim, o comando da sentença, ainda que de forma parcial, está contido na referida postulação.*

*Mesmo que assim não fosse, cumpre registrar que a correção monetária é considerada um pedido implícito e, por isso, deve ser considerada pelo julgador na sentença, independentemente de expressa postulação. [...]*

*No caso em apreço, ao apresentar suas razões recursais, a parte ré afirma que não seria possível a aplicação de correção monetária sobre o montante pago ao autor desde o evento danoso, em razão do pagamento administrativo ter ocorrido dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto no art. 5º da Lei n.º 6.194/74.*

*A suscitação do argumento, todavia, caracteriza evidente inovação recursal, uma vez que não fora deduzido oportunamente perante o juízo a quo, bem como não restou comprovado nos autos que sua arguição apenas nesse momento*

***processual tenha decorrido de força maior (CPC/2015, art. 1.014).***

***Inviável, dessa forma, o conhecimento do recurso neste ponto."***

Como se vê, a Corte local se manifestou sobre todas as questões necessárias ao deslinde da controvérsia, inclusive destacando, em relação à existência de liquidação do sinistro dentro do prazo legal a impossibilitar o pagamento da indenização securitária, que houve inovação recursal, porquanto não deduzido o referido argumento no momento oportuno perante o juízo de origem.

Assim, não há falar em ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, na medida em que houve exposto enfrentamento do tema, apenas sendo a conclusão do julgado diversa da pretendida pela recorrente.

No mais, o recurso atrai a incidência da Súmula 284/STF. Isso porque o fundamento que justificou o não conhecimento do recurso de apelação, quanto à alegação de que a correção de valores somente tem incidência nos casos de descumprimento do prazo legal, não foi atacado no recurso que ora se examina, apesar de nortear a conclusão do acórdão atacado.

Com efeito, há deficiência na fundamentação do apelo extremo, que se limitou a arguir a impossibilidade de incidência de correção monetária, argumento dissociado da exposição contida no acórdão do Tribunal de origem.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos ao recorrido em 1% (um por cento).

Publique-se.

Brasília/DF, 18 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator